

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: março de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro

Índice

Brasil rejeita parte de plano agrícola da OCDE – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 01/03/2010	3
EUA acenam com compensação para subsídios – Sergio Leo – Valor Econômico – 11/03/2010	4
UE cobra a devolução de subsídios mal aplicados – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 17/03/2010	5
Países traçam cenários para salvar Doha – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 22/03/2010	6
Novo impasse deve levar à suspensão da Rodada Doha – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/03/2010	8
A negociação Mercosul-EU – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 25/03/2010	8

Brasil rejeita parte de plano agrícola da OCDE – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 01/03/2010

Brasil, Argentina, África do Sul e Indonésia não endossaram um documento de "princípios para reger a ação dos governos na agricultura e alimentação", aprovado por ministros de agricultura na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na sexta-feira em Paris.

Como antecipou o **Valor**, o Brasil considera excessivo o vínculo entre medidas na agricultura e combate a mudanças climáticas. Também se chocou com países europeus sobre a questão da multifuncionalidade na agricultura, entenda-se sistemas agrícolas subsidiados para promover uma produção sustentável, sem prejuízos ao ambiente e considerando aspectos sociais, como as condições de trabalho dos agricultores.

"Nós endossamos a parte que nos interessa, como a liberalização do comércio agrícola mundial", declarou o secretário de Produção Agrícola do Ministério da Agricultura, Edilson Guimarães.

Boa parte dos ministros de 40 países concordou que a mudança climática traz o desafio para os agricultores reduzirem a intensidade de emissões de carbono na produção de alimentos, ao mesmo tempo em que precisam preservar a competitividade econômica do setor.

O documento sugere que o setor se envolva mais no sequestro de carbono nos solos. Defende gestão e cobrança "eficiente" da água. "O Brasil nem entrou nessa discussão. Água não é problema para nós hoje", disse Guimarães.

Os ministros deram ênfase à adoção de novas tecnologias, por exemplo na área de genética animal e gestão das emissões de metano dos animais.

Concordaram que a produção e a produtividade devem melhorar em todos os sistemas agrícolas, para enfrentar a insegurança alimentar em vários países. Mas ficou claro que só o desenvolvimento agrícola não é suficiente. Certos países reclamaram que mercados protegidos contribuem na instabilidade dos preços internacionais de produtos agrícolas. Outros, encabeçados pelos europeus, insistiram em normas ambientais e sociais no comércio internacional.

"Numerosos ministros", segundo a OCDE, acham que a instabilidade dos preços agrícolas aumentará nos próximos anos. Outros discordam. Entre os países que querem um retorno à regulamentação mais forte, para limitar a instabilidade, o Brasil ficou no lado dos liberais. "O mercado funcionando bem, regula melhor os preços", resumiu Guimarães.

EUA acenam com compensação para subsídios – Sergio Leo – Valor Econômico – 11/03/2010

Os dois governos mantiveram sigilo, mas deram, nesta semana, mais um passo nas negociações para reduzir os subsídios ilegais ao algodão nos Estados Unidos e evitar sanções comerciais do Brasil contra os americanos, autorizadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Em encontro com o subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, o conselheiro-adjunto de Segurança Nacional para Economia Internacional dos EUA, Michael Froman, anunciou, terça-feira, a disposição de tomar medidas para reduzir subsídios e compensar o Brasil pelos subsídios remanescentes.

Os dois governos tentam conciliar agendas e aperfeiçoar propostas de negociação, para tentar um encontro na próxima semana, entre altos funcionários do representante comercial dos EUA (USTR) e o Ministério de Relações Exteriores. Se avançarem as discussões, o encontro poderia ser seguido, em curto prazo, por uma reunião entre os brasileiros e o titular do USTR, Ron Kirk, que só pretende assumir as negociações se elas avançarem entre os técnicos.

Os americanos adiantaram ao governo brasileiro, como antecipou o **Valor**, que há fortes chances de não renovação das taxas impostas ao etanol brasileiro e dos subsídios à produção de álcool de milho nos EUA. Taxas e subsídios têm prazo de vigência até dezembro, e é decrescente o apoio ao pouco eficiente etanol de milho americano. Não está claro, porém, como o Executivo poderia se comprometer com uma medida que, segundo admitem os emissários do governo, é atribuição do Congresso.

Sem apresentar proposta fechada, Froman sondou, com a equipe de Carneiro de Mendonça, a reação a iniciativas cogitadas pelo governo Obama. Os EUA se dispõem a eliminar todos os subsídios ao algodão - entre eles parte dos subsídios à exportação - que possam ser modificados por medidas administrativas, sem necessidade de consulta ao Congresso. Aceitam discutir redução de exigências em normas de origem para que empresas brasileiras possam produzir têxteis no Haiti para exportar sem tarifas aos EUA, usando em parte insumos brasileiros.

Aceitam também discutir a criação do fundo reivindicado pelos produtores brasileiros de algodão, para financiar projetos de pesquisas e desenvolvimento, inclusive com trocas de experiências e trabalho conjunto da Embrapa e do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Falam também em apoio a projetos comuns de investimentos na África. Até agora ficou de fora das conversas, porém, um item considerado essencial pelo governo brasileiro: um compromisso formal do governo dos EUA de que estaria disposto a enviar ao Congresso proposta de eliminação dos subsídios ao algodão condenados pela OMC por deprimirem artificialmente os preços do produto no mercado internacional.

Hoje, em Washington, o Eximbank americano realiza um seminário - em que participará o embaixador dos EUA no Brasil, Thomas Shannon - para divulgar estratégias de ocupação de mercados para empresas dos EUA. Na América Latina, só três países foram considerados mercados prioritários para as vendas dos EUA ao exterior: México, Colômbia e Brasil. O interesse no mercado brasileiro explica, em

parte, a suavidade com que autoridades americanas vêm reagindo ao anúncio de retaliações por parte do Brasil.

Na terça-feira, em almoço no National Press Club, Ron Kirk declarou que as regras internacionais de comércio devem ser seguidas pelos EUA, assim como pelos outros países, e declarou que os EUA estariam dispostos a enviar a proposta de fim de subsídios, caso não chegassem a acordo com o Brasil. Mas no governo dos EUA há grande ceticismo em relação à iniciativa, já que há situações semelhantes para outros produtos, como carne, trigo, açúcar e outras mercadorias. Até hoje, a posição oficial do governo americano foi a de tentar uma solução global para os subsídios, na Rodada Doha da OMC.

No Congresso americano que, diferentemente do brasileiro, tem grande poder nas negociações comerciais, é forte a discussão. Dois senadores ameaçaram retirar o Brasil do Sistema Geral de Preferências (SGP), que beneficia com tarifas menores as vendas de certos produtos do Brasil aos EUA (muitos deles produzidos por multinacionais americanas). A ameaça recebeu repreensão de um senador republicano, Mike Johanns, ex-secretário de Agricultura dos EUA.

"Vocês ficariam chocados em saber quanto apoio internacional o Brasil tem", alertou o político, lembrando que o país agiu de acordo com as normas da OMC. Se forem nessa direção (de represálias contra as medidas brasileiras) Brasil terá um monte de amigos."

Retaliações de aliados comerciais por descumprimento de normas internacionais de comércio por parte dos EUA não são novidade na vida política do país. No ano passado, o Congresso aprovou lei restringindo o trânsito de caminhões mexicanos em estradas americanas e, em represália, o México acionou o mecanismo de solução de controvérsias do Nafta, que autorizou o país a retaliar os EUA em até US\$ 2 bilhões. Segundo autoridade americana que acompanhou o assunto, os mexicanos foram "cirúrgicos", criando sanções a produtos de regiões de onde saem votos para os principais defensores de barreiras aos caminhões mexicanos no Congresso.

O Brasil espera que as empresas americanas mobilizem bancadas no Congresso, pressionadas pelo anúncio das sanções, especialmente contra direitos de propriedade intelectual.

UE cobra a devolução de subsídios mal aplicados – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 17/03/2010

A União Europeia cobra da Grécia a devolução de € 105 milhões em subsídios liberados ao segmento de algodão da Grécia, por causa de deficiências constatadas no sistema de controle da produção da commodity no país, um dos que estão com a credibilidade mais arranhada no bloco.

A decisão de Bruxelas joga luz sobre a política de subsídios ao algodão na Europa, justamente quando o Brasil se prepara para retaliar os Estados Unidos em

consequência da manutenção de centenas de milhões de dólares em subvenções que Washington concede de maneira ilegal aos produtores americanos.

No total, a UE busca recuperar, junto a vários países, € 346,5 milhões correspondentes a subsídios agrícolas concedidos ou gastos de maneira "irregular", conforme a linguagem de Bruxelas. Os países-membros da UE são responsáveis por distribuir e verificar as despesas efetuadas com o dinheiro originário da Política Agrícola Comum (PAC), mas é a Comissão Europeia que tem de assegurar a correta utilização dos subsídios.

A Grécia, que manipulou suas estatísticas até recentemente, também parece ter sido pródiga em facilitar a concessão de subsídios agrícolas sem controle, o que provocou enorme irritação na burocracia da União Europeia.

Mas a Grécia não está sozinha. A Polônia é outra campeã na falta de comprovação de suas despesas agrícolas, seguida por Espanha, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Estônia, Hungria, Irlanda, Itália, Holanda, Portugal, Suécia, Luxemburgo e Eslováquia.

Ou seja, a UE não apenas gasta metade de seu orçamento com subsídios agrícolas, que superam 60 bilhões por ano, como ainda tem que recorrer depois aos países para obter de volta o que comprovadamente foi fraudado.

Países traçam cenários para salvar Doha – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 22/03/2010

O Brasil e outros parceiros mostram crescente preocupação com atitudes protecionistas dos Estados Unidos e darão o sinal de alerta na avaliação sobre o estado da Rodada Doha, que será feita na Organização Mundial do Comércio (OMC) esta semana. Brasília vê nova contradição na atitude americana na área comercial, de estabelecer um plano de dobrar suas exportações em cinco anos ao mesmo tempo em que se recusa a desbloquear a negociação global para liberalizar o comércio.

"Não é razoável imaginar que em um passe de mágica se possa dobrar a exportação sem aumentar mecanismos artificiais distorcivos para seus produtos, ou de esperar redução unilateral de barreiras dos outros países", afirmou o embaixador brasileiro junto a OMC, Roberto Azevedo.

O representante europeu de comércio, Karel de Gucht, em entrevista à imprensa belga, também considerou "desconcertante" inclusive o vocabulário usado pelo presidente americano Barack Obama na área comercial. "Ele fala sobre exportações e não sobre comércio", disse de Gucht, estimando que a escolha não é por acaso. "Comércio é rota de mão dupla, significa aceitar que as importações também dobrem", avisou.

Depois de passar por Washington, o ministro de Comércio da Índia, Anand Sharma, disse ter opinião "similar" com a dos europeus, segundo agências de notícias. Outros negociadores notam que, enquanto os EUA repetem ser a economia mais

aberta do mundo, na prática é também a que mais distorce o comércio com dezenas de bilhões de dólares de subsídios para seus produtores, o que é uma das vias do protecionismo.

Brasil e EUA terão bilateral em Genebra para discutir Doha. Outra reunião será marcada fora de Genebra para discutir a compensação americana para o Brasil não retaliar produtos americanos no contencioso do algodão.

A política comercial dos EUA estará de novo sob os ataques dos países na OMC, quando os 153 países membros vão tentar definir o que fazer com a Rodada Doha, diante da recusa americana em negociar. O desafio é uma "sinuca de bico": como criar um processo de negociação que permita a retomada de Doha, sabendo-se de antemão que vai levar a lugar nenhum. "O Brasil e outros 150 países estão interessados em desbloquear Doha o mais rápido possível, mas é evidente a absoluta incapacidade americana de negociar um resultado capaz de ser vendido a seu Congresso", diz Azevedo.

Ilustrando a postura de Obama na área comercial, seu mandato está na metade e até hoje o presidente americano não conseguiu aprovar no Congresso o nome do embaixador junto à OMC.

O consenso em Genebra é de que não há condição alguma de se fazer algo no futuro previsível para reativar Doha. Assim, vários cenários estarão na mesa. Primeiro, seria congelar a negociação global, mas nenhum país vai se arriscar a propor isso formalmente e assumir o ônus político.

Segundo, China, Índia e países pobres defendem um pacote de "colheita antecipada" (do inglês early harvest) para o final do ano - ou seja, tentar garantir os primeiros resultados de Doha. O problema é definir quais temas. Um deles seria assegurar acesso livre para os produtos dos mais pobres nos mercados ricos e emergentes. Mas até nesta área os EUA se opõem, por causa de sua indústria têxtil.

Outra proposta inclui um acordo de eliminação antecipada dos subsídios à exportação agrícola. Mas aí é a União Europeia que recusa. O cenário de os países listarem os temas mais urgentes, para os líderes decidirem, levantado por Celso Amorim, ministro do Brasil, em Davos, tem a rejeição dos EUA. Washington não quer nem ouvir falar de discutir isso no G-20, reunindo as maiores economias. Também a ideia de um compromisso logo para facilitação de comércio (menos burocracia nas aduanas), tem pouco interesse para vários países.

Restariam dois cenários: primeiro, manter a situação atual sem nada em Doha. Isso só beneficia a inação dos EUA, que não têm condições de negociar nada, mas tampouco assumem essa situação e joga a culpa no Brasil, China e Índia.

Segundo, desmontar o pacote já negociado ao longo de oito anos, como Washington exige. Isso confunde tudo, as barganhas voltam quase a estaca zero. Esse cenário também resultará em nada no médio prazo porque os EUA continuam incapazes de reduzir seus subsídios agrícolas, diante do lobby protecionista que tende a endurecer com a proximidade das eleições legislativas de novembro.

Novo impasse deve levar à suspensão da Rodada Doha – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/03/2010

Negociadores comerciais de alto escalão começaram ontem uma reunião que segue até sexta para avaliar o que e como fazer com a Rodada Doha de liberalização do comércio global. A resposta latente, ainda que o discurso oficial seja outro, é dar um enterro digno a algo morto há dois anos. Mas como fazer isso ninguém sabe. Os avanços desde 2008 foram imperceptíveis e focados em aspectos processuais e técnicos. Persistem os desentendimentos sobre subsídios, dumping e políticas antidumping, acesso a mercados e outros enroscos mais. Os EUA são apontados como o suspeito usual, e em Washington o governo do democrata Barack Obama, que raspou seu capital político para aprovar no fim de semana a reforma do sistema de saúde, não parece disposto a comprar a briga com a bancada agrícola em ano de eleição legislativa. Como aos olhos dos demais países é dos EUA que deveria vir o primeiro aceno, ainda que pequeno e simbólico, ninguém se mexe. Os pronunciamentos dos líderes das comissões especiais de negociação ontem saíram como uma fieira de lamentos. Nos sete encontros ao longo dos últimos 12 meses, disseram os negociadores, não se criaram convergências. Apenas os desacordos foram expostos.

Agora restam poucas opções. A primeira, como sugerido pelo ministro australiano do Comércio, Simon Crean, é "desligar os aparelhos" e partir para a próxima. Outra possibilidade é negociadores se concentrarem em desatar nós e deixar a palavra final sobre as questões mais cabeludas para os presidentes e premiês. O prazo que os líderes do G20 puseram como limite sadio para concluir as negociações -e o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, ecoou- era este ano. Ontem, ninguém falou em 2010.

A negociação Mercosul-EU – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 25/03/2010

Mercosul e Uniao Europeia (UE) repõem na pauta um acordo de livre comercio, retomando um esforco abandonado quase totalmente ha seis anos.

Os dois lados tem apenas sondado, de vez em quando, a possibilidade de reiniciar as conversacoes congeladas em 2004. A conclusao de um acordo comercial e hoje mais importante do que naquela epoca, especialmente para o bloco sul-americano. A negociação global de comercio, a Rodada Doha, continua empacada e so com muito otimismo se pode pensar numa conclusao neste ano ou no proximo.

O principal obstaculo, hoje, e a resistênciã do governo dos Estados Unidos a uma discussao ampla e equilibrada de liberalizacão comercial.

O governo do presidente Barack Obama tem sido marcado por uma vocacão protecionista evidenciada já na campanha eleitoral. Enquanto o mundo espera da Casa Branca uma demonstracão de interesse e de boa vontade, a rodada geral continua travada.

So resta buscar acordos bilaterais ou regionais para intensificacão do comercio.

Para o Mercosul, um entendimento com a Uniao Europeia podera proporcionar o primeiro acordo de livre comercio com um grande parceiro do mundo avancado.

As negociacoes da Area de Live Comercio das Americas (Alca) comecaram nos anos 90 e foram liquidadas em 2003-2004. Foram enterradas principalmente gracias a uma decisao desastrosa dos governos brasileiro e argentino. As conversacoes com os europeus, iniciadas em 1994, foram prejudicadas pelo excessivo protecionismo dos dois blocos. Os europeus insistiram em manter quase intacta sua politica agricola e brasileiros e argentinos foram incapazes de se entender na hora de oferecer acesso ao mercado de bens industriais.

Para justificar sua resistencia a mudancas na politica agricola, os negociadores da Uniao Europeia alegavam estar em curso a Rodada Doha.

No acordo global, argumentavam, fariam as concessoes necessarias. Mas a negociacao geral empacou e hoje nao ha perspectiva de conclusao num prazo razoavel.

Tambem o Mercosul contribuiu, em certo momento, para emperrar as discussoes, quando o governo argentino se opos as concessoes propostas pelos brasileiros. Repetiu-se nesse momento, no essencial, o impasse verificado entre Argentina e Brasil nas conversacoes com o bloco europeu.

Mais de um a vez, nos anos seguintes, negociadores europeus declararam que um entendimento entre os paises do Mercosul e condicao indispensavel para o reinicio das discussoes.

Sem isso, argumentavam, nao teria sentido pratico retomar os trabalhos.

Estavam certos quanto a esse ponto.

Os dois blocos decidiram melhorar suas ofertas, no esforco para desemperrar a negociacao de uma vez por todas e chegar a uma conclusao ate o fim do ano. O Mercosul propoe reduzir os prazos para abertura do mercado de produtos industriais. Pela nova proposta, o tempo previsto para a eliminacao de tarifas sobre automoveis diminui de 18 para 15 anos, mesmo prazo indicado para o setor de autopecas. Antes, o Mercosul oferecia apenas uma margem de preferencia a pecas europeias.

Para a maior parte dos produtos industriais, a liberalizacao seria bem mais rapida, com o fim das tarifas de importacao em 10 anos. Do lado europeu, passariam de 14 para 3 os produtos agricolas com importacoes limitadas por cotas. Alem disso, Mercosul e Uniao Europeia eliminariam os impostos cobrados sobre varios produtos agricolas processados.

Os dois lados ainda ensaiam os primeiros movimentos de aproximacao.

Se der tudo certo, a renegociao sera retomada para valer a partir de maio. Sera necessaria maior ousadia das duas partes. Para o Mercosul, sera mais um teste de coordenacao politica e de articulacao de propósitos – um desafio consideravel, ja que o bloco tem sido incapaz de eliminar o protecionismo ate no comercio regional.

Em contrapartida, os europeus terao de exhibir uma disposicao bem maior de mudar sua politica agricola. Ha uma ampla resistencia a liberalizacao, especialmente na Franca, onde os politicos ainda cortejam os agricultores com promessas de protecao comercial e apoio financeiro.

Dos dois lados sera preciso vencer resistencias importantes.